

Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território

LUCIANA DE FÁTIMA OLVEIRA*

1. Considerações Iniciais

Para melhor entendimento e compreensão deste artigo, faz-se necessário a apresentação de alguns aspectos históricos próprios da região Norte e do Estado do Brasil, como também da presença portuguesa na região norte. O primeiro entendimento diz respeito à formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão que coexistiu por longos anos com o Estado do Brasil.

O Estado do Grão-Pará e Maranhão abrangeu o vasto “território” da região Norte do país e parte do nordeste. Os dois Estados coloniais¹ tinham governos independentes, isto é, reportavam-se diretamente à coroa portuguesa, embora as regras da administração colonial expedidas pelo governo em Portugal fossem, na maioria das vezes, comuns aos dois Estados. Outro aspecto, diz respeito à existência das capitânicas hereditárias no Estado do Grão-Pará e Maranhão que perduraram até meados do século XVIII, coexistindo as capitânicas do rei e as governadas por donatários.

A existência de capitânicas com donatários e de capitânicas do Rei correspondia a uma divisão gerencial e administrativa que traduziam diferentes formas de poder para conduzir a ocupação da Terra e, portanto da formação do território português na América portuguesa.

Na capitania do Rei os recursos financeiros proviam da própria coroa; nas capitânicas particulares os custos iniciais do empreendimento de ocupação e colonização deviam ser efetuados com recursos próprios dos donatários sem que o rei tivesse qualquer responsabilidade em caso de perda.

Na fase inicial do sistema das capitânicas hereditárias a maioria dos donatários despendeu vultosos recursos financeiros e, ainda assim,

* Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

sucumbiram ante a dificuldade de combate aos “ataques e destruição” que os índios causavam e a rusticidade da natureza. A formação do território resultou da delegação de poder do rei para o donatário sobre a área de terras desmembradas da Capitania do Grão Pará a direita do rio Pirabas e da Capitania do Maranhão, a esquerda do rio Turiaçu.

2. Conceitos de território, territorialidade e processo de territorialização

Para a análise proposta, alguns conceitos se mostraram pertinentes. Para Oliveira (1998: 47-77), a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social; o autor relaciona o “processo de territorialização” com “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a “conduta territorial” surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam outras formas territoriais. Oliveira acrescenta que administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definir limites e demarcar fronteiras. Isso implica incorporar a análise da relação entre poder e espaço físico. Desta forma, o território deve ser visto como uma área natural sobre a qual um dado “poder” projeta a ocupação dessa área e a transforma em função da sua afirmação de domínio. Assim, a característica fundamental do território não é a área natural, mas a existência de um poder de dominação sobre essa área. Nesse sentido, concordamos com o autor no que se refere às ações da Coroa portuguesa na região. Logo, o território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica.

Segundo Raffestin, o território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder:

Espaço e território não são termos equivalentes (...). É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (RAFFESTIN, 1980: 143)

Na nossa concepção, o espaço é a condição da existência da matéria. Quando o espaço é dominado, pelo homem, que é o único com esta capacidade, o espaço torna-se território. Assim, território é o resultado das possibilidades, é o resultado da ação humana em um jogo distante do seu fim. Por isso, o território também é um trunfo nas mãos de quem os detém e representa possibilidades para quem não o detém.

Um fator importante, que não devemos negligenciar, na formação do território é a totalidade das relações efetivadas neste, ou seja, a noção de territorialidades:

"De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas."
(RAFFESTIN, 1980: 158)

Assim, o território ganha uma identidade, não em si mesmo, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto e ao mesmo tempo: flexível, dinâmico e contraditório – dialético – recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

O Estado exerce a função de regulador de territórios, do seu e muitas vezes de outros que não fazem parte do seu contínuo territorial – ereção de vilas coloniais, fortificações, aldeamentos indígenas, etc. – A importância de sabermos o papel e o poder do Estado no processo de dominação territorial é essencial para compreendermos a extensão, tanto quantitativa quanto qualitativa, da luta pela terra.

3. O reconhecimento e posse do território do Maranhão e Grão Pará

Antes da formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tivemos a concessão do território que ia da baía da Traição até o Maranhão, isso no

início do sistema de capitânicas² (1535), sendo a parte do território da região norte da Terra de Santa Cruz, que foi doada a quatro donatários, a saber: João de Barros, celebre “historiador”, filósofo, gramático e humanista³, Antônio Cardoso de Barros⁴, Fernão (ou Fernando) Álvares de Andrade⁵ e Aires da Cunha⁶, este último experiente na exploração das Índias. (PRADO, 1941: 276 e FLEUISS, 1922: 14). A divisão exata que cabia a cada um desses homens de negócio não é muito clara, sabe-se apenas que o total era de duzentos e vinte e cinco léguas de terras.

Os outros três donatários uniram-se e formaram uma poderosa expedição para iniciar, em 1535, a ocupação e colonização das suas capitânicas que receberam o nome abrangente de Maranhão. Não vieram, nesta expedição, João de Barros e Fernão Álvares de Andrade, que foram representados por Aires da Cunha. A expedição comandada por Aires da Cunha era composta de cinco naus grandes e cinco caravelas menores que transportavam mais de novecentos homens de armas entre os quais cento e treze eram cavaleiros que traziam seus ginetes.⁷ (PRADO, 1941: 269 - 276). Dos missionários que partiram dessa primeira grande empreitada rumo ao Maranhão, apenas quatro vieram: padre Yves d’Evreux, superior; padre Cláudio d’Abbeville; padre Arsênio, de Paris; padre Ambrosio, de Amiens.

No entanto, o território era desconhecido e Aires da Cunha e sua tripulação chegaram a Pernambuco em 1535. J. F. de Almeida Prado nos apresenta a falta de informação e de conhecimento desta costa marítima nos primeiros anos:

² Capitania era o território recebido por doação do rei e administrado pelo capitão donatário.

³ João de Barros exercia o cargo de feitor e tesoureiro da Casa da Índia – um dos maiores cronistas portugueses do século XVI. A ele coube cem léguas (A capitania do Rio Grande do Norte).

⁴ Antonio Cardoso de Barros: Veio para o Brasil como provedor-mor da Fazenda em companhia do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa (1549). (A Capitania do atual Estado do Ceará).

⁵ Fernão Á. de Andrade: Conselheiro do rei, tesoureiro-mor do reino. Sem dúvida, financeiramente o mais importante. Responsável por todo o dinheiro que vinha do Oriente e era quem escrevia as cartas para o rei D. João III (homem letrado e com facilidade com os números).

⁶ Segundo Ronaldo Vainfas, Aires da Cunha foi navegador, militar que integrou a frota liderada por Pedro Álvares Cabral na viagem de 1500. Mais tarde, em novembro de 1535, na qualidade de capitão-donatário, partiu novamente de Lisboa em direção ao Brasil, com o objetivo de tomar posse das capitânicas que lhe foram concedidas, e aos outros dois donatários.

⁷ Há contradições entre os autores PRADO, J. F. de Almeida, Sérgio Buarque de Holanda e MEIRELES, Mário M, quanto aos números exatos de homens vindos nesta expedição e o número de cavalos trazidos.

...Tocou primeiro em Pernambuco, onde foi recebida por Duarte Coelho e sua família. Além de informações sobre ouro, cedeu o donatário os línguas tidos por conhecedores da região (não podemos esquecer que estamos numa época de conhecimentos geográficos extremamente empíricos, como se verifica na própria demarcação das capitânicas, e que as distâncias eram as mais arbitrárias possíveis...), pos à disposição dos viajantes um barco para precedê-los no trajeto pela costa. A expedição ia empreender “verdadeira viagem de cabotagem”⁸, numa direção desconhecida... Os poucos dados existentes a cerca daquele trecho proviriam na maior parte da tentativa das caravelas Rosa e Princesa, comandadas Pero Lopes de Sousa na armada de Martim Afonso em 1530. Seriam bastante vagos e incompletos, de pouca valia ante a necessidade absoluta de informações positivas e abundantes, sobre percurso inçado de dificuldades como é a costa leste-oeste para a navegação de vela. (PRADO, 1941, pp. 269-270).

Aires da Cunha chegou a Pernambuco e, de lá continuou à procura do Maranhão. Enfrentou forte tormenta e a sua nau capitânia afundou morrendo todos. As outras embarcações foram parar na ilha então chamada de Trindade, que depois passou a ser chamada de ilha das Vacas e por último, foi batizada pelos franceses, em 1612, de São Luís, em homenagem ao rei da França, nome que permanece até hoje, no entanto, na sua fundação, a povoação daquele lugar se intitulou de Nazaré.

O objetivo daqueles colonos, “bem recebidos” pelos índios, após o naufrágio, era achar ouro o que não conseguiram na exploração pelo rio adentro e por isso, voltaram para Portugal - alguns tripulantes ficaram navegando cerca de ‘duzentas e cinquenta legoas’ rio a cima. No retorno, desgarraram-se mais três embarcações que em 1539 foram parar nas Antilhas.

Apesar dos prejuízos da “primeira” expedição, quinze anos depois, João de Barros insistiu em outra expedição, comandada por seus filhos, e que também não foi bem sucedida, desta vez, muito mais pelo ataque dos indígenas.

Esses homens do mar, como o próprio rei, sabiam das dificuldades que iriam encontrar nestas viagens, mesmo porque era a costa marítima menos explorada e menos conhecida pelos “aventureiros” do mar. Por essas dificuldades, como também pelos grandes investimentos apresentados, eles ganhariam do rei algumas concessões a mais do que as de sempre como: isenção em alguns

⁸ Navegação se faz na costa, com terra à vista; navegação ao longo da costa, de porto em porto.

impostos, fornecimento de ferramentas agrícolas, mudas de sementes, e armamentos e munições. Sabiam, porém, que a maior concessão estava relacionada ao descobrimento das minas de ouro e prata que passaria a lhes pertencer por todo o sempre e seriam hereditárias. Após o fracasso da expedição de Aires da Cunha, houve outras tentativas frustradas em busca das riquezas do Maranhão.

Esses navegadores se lançavam as perigosas expedições pela cobiça na busca do metal precioso – o ouro. Essas idas e vindas, essas tentativas frustradas se deram basicamente por três fatores: primeiro pelas notícias incessantes de haver ouro naquelas terras⁹, segundo por serem instigados pelo conhecimento e terceiro pelo próprio desejo de aventura.

Depois desses insucessos e das trágicas perdas que todos os donatários acima descritos passaram, o território da costa leste-oeste permaneceu isolado, restando alguns poucos colonos resistentes, espalhados pela costa e de cujo fim não se tem informações exatas. A única certeza que restou foi de que a navegação pela costa leste-oeste não facilitava a viagem na direção da Bahia ou Pernambuco para a foz do grande rio e que, da capitania de Pernambuco para o Maranhão a viagem marítima terminaria em naufrágio.

Segundo Meireles, os portugueses “derrotados” em suas tentativas por mar passaram a fazê-lo por terra. E conta-nos que foi ainda no ano de 1591 que Gabriel Soares de Sousa tentou a viagem, mas que não passou do Rio São Francisco. E a segunda tentativa data de 1603, com Pero Coelho de Sousa que apesar de ter chegado ao atual estado do Ceará, há controvérsias sobre o sucesso de sua expedição, e, segundo Meireles, pelos escritos de Martim Soares o interprete da época conclui-se ser impraticável o caminho por terra. (MEIRELES, 2001: 26 - 27),

Com todas as dificuldades, a conquista e colonização do grande estado do Maranhão havia se iniciado, diferentemente dos estados do Brasil. Se apresentou sempre como uma questão geopolítica diante tantas ameaças pela conquista de seu território. Ainda no século XVII, mediante os ataques de corsários e piratas,

⁹ PRADO, J. F de Almeida. Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil. São Paulo: Nacional, 1941, p. 268. Sobre a idéia de encontrar ouro nestas terras o autor nos fala: “Em meados do século 16, espalhara-se a lenda de que, do litoral nordestino, era possível alcançar as jazidas de metais preciosos no interior da América do Sul. A partir daquele período, os administradores castelhanos e portugueses vivem obcecados pela descoberta de minas...”.

outra estratégia militar estabelecida por Portugal se fez necessária: o sistema de escolta, na qual utilizava navios mercantes com intuito de proteção dos outros navios - naus.

A natureza marítima dos oceanos era conhecida e o enfrentamento dela sempre foi uma questão de orgulho para os navegadores portugueses. Mas neste trecho costeiro da Terra de Santa Cruz a “natureza era agressiva” e certamente, contrariava a noção de Éden¹⁰ que predominava no pensamento europeu da época. Com tanta “força agressiva”, o mar tornava-se inacessível a parte da natureza terrestre que seria a base para a formação do território a ser colonizado pelos portugueses. Será que a natureza móvel e indomável daquelas águas tinha o “poder” de proteger a natureza Continental, costa adentro que o homem queria transformar?

O padre Antônio Vieira em uma viagem, atravessando a Serra de Ibiapaba – do Maranhão ao Ceará, por mar, passou por tantas dificuldades entre os ventos e as “correntes contrárias”, que depois de muitas tentativas de navegação, resolveu partir por terra. O mesmo padre em carta *Ao P. Geral, Gosvínio Nickel* relata sobre as dificuldades de comunicação - tanto por mar, quanto por terra, entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil:

Nem se pode dizer que os que não tiverem seus estudos acabados os irão acabar ao Brasil, ou a outra parte. Porque quanto ao Brasil ainda que de lá se vem ao Maranhão facilmente, a viagem do Maranhão ao Brasil é hoje quase impossível. Exemplo seja que, de oito embarcações que partiram para lá, depois que estamos nesta Missão, só uma chegou a Pernambuco; todas as mais arribaram depois de muitos meses de grandes trabalhos e despesas... Por terra ainda é mais dificultoso o caminho, porque do Maranhão à Baía, onde estão os estudos são quinhentas léguas, e as trezentas delas totalmente desertas... Este caminho do Maranhão ao Brasil só o fez um Governador de Pernambuco com todo o poder do seu cargo, e com grandes despesas da fazenda. E só em algum caso semelhante se poderia oferecer ocasião em que algum nosso, e esse mui robusto, pudesse empreender esta jornada, a qual não havia de acabar em seis meses. Assim que ir estudar ao Brasil, não é cousa praticável. Ir a Portugal fôra menos dificultoso, pela comodidade da viagem, e embarcações, mas nem o

¹⁰ Paraíso terreal: “Que o Paraíso terreal se há de crer que se foi situado em lugar temperadíssimo ou debaixo da Equinocial ou em outra parte...” A Visão Idêntica, de Simão de Vasconcelos. Notícias Curiosas e Necessárias (1663). In: RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A Fundação do Brasil: Testemunhos (1500-1700). Petrópolis: Vozes, 1992, p.117.

consentem as despesas, nem os riscos, que são ordinários, caindo muitos navios que vão do Maranhão em mãos de corsários, e alguns deles nas dos Turcos. (LEITE, 1940: 290-291)

E mais, segundo o mesmo padre era quase impossível atravessar do Estado do Maranhão para o Pará pelo mar oceano e conta sobre as tentativas e dificuldades de passar de uma capitania para a outra.

Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para Maranhão de nenhum modo se pode navegar por fora e do Maranhão para o Ceará com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano que são os de maior inverno. (ABREU, 1963: 286 - 287)

Conta-nos Capistrano de Abreu que a navegação pelo litoral do Maranhão era um pouco melhor que a do Pará devido às inúmeras baías, trinta e duas segundo as contas da época. Para o autor, a navegação por fora era impossível e a navegação interna por canoas era sempre mais ou menos possível.

É aqui que nos defrontamos com as duas formas de apresentação da natureza: uma marítima agressiva e hostil ao homem que navegava sobre ela; a outra terrestre altiva com uma flora exuberante, exposta a ação do homem que sofrerá todos os tipos de “agressão”, até que o homem se fixe sobre ela como seu dominador e senhor.

A imaginação da época sobre o “mar oceano” permitia a evocação da natureza agressiva como deidade natural, poderosa e insuperável. Entretanto, não foi somente pela imaginação da natureza agressiva e protetora que o interior da costa leste-oeste do norte da colônia ficou isolado naqueles primeiros anos; há mais a ser questionado a respeito desse isolamento, pois nem todos os homens de iniciativa tinham cabedal suficiente para se associarem em parceria ao rei e para enfrentar tantas adversidades e riscos.

Percebe-se assim, que o risco não se limitava somente ao fracasso econômico da expedição, com a perda total do patrimônio formado, mas até a perda da própria vida do donatário e de outros colonos embarcados que, quando não decorria de naufrágio, poderia decorrer do enfrentamento às hostilidades dos índios.

4. O primeiro processo de territorialização do Estado do Maranhão e Grão Pará

Parte desse início da colonização, ocupação e formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, bem como sua história na questão da defesa e conquista do território, está inserido em um período da história de Portugal que cabe lembrarmos aqui, que foi o período conhecido como a União das Monarquias Ibéricas¹¹.

Neste período, intensificou-se a chegada dos estrangeiros ingleses, franceses e holandeses em diversos pontos da costa litorânea da colônia, de norte a sul. Na região norte, predominou os franceses e os esforços para a expulsão dos mesmos proporcionaram muitos confrontos armados.

A anexação do reino português ao espanhol perdurou sessenta anos (1580 a 1640). Nesse período, várias capitanias foram constituídas, entre elas, constituiu-se a capitania do Ceará (1603), do Maranhão (1612), do Pará (1616), e um único Estado do Grão-Pará e Maranhão (1621). As dificuldades de comunicação marítima entre os estados do Maranhão e os estados do Brasil, como Pernambuco e Bahia, e a maior facilidade de comunicação entre os estados do norte com a Europa, sugeriu a idéia de separação dos dois estados com governos independentes e recebendo ordens diretas de Portugal.

A União Ibérica não significou a alteração da estrutura burocrática portuguesa voltada para a administração colonial nem no Estado do Maranhão, nem no Estado do Brasil, o que vale dizer que não houve a troca de administradores portugueses por espanhóis¹². Assim, o processo de ocupação e

¹¹ Período que ficou conhecido como União das Monarquias Ibéricas, ou “União Peninsular”, foi a união das coroas portuguesa e espanhola, entre os anos de 1580 e 1640, sob o domínio de Filipe II (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640) da Espanha (Período Filipino), as Ordenações Filipinas foram publicadas em 1603. A União Ibérica ocorreu após a morte de D. Sebastião (Sebastianismo) na Batalha em Alcácer e Quibir. Em 1640, se inicia um período conhecido como Restauração, no qual, através de um golpe organizado pela aristocracia portuguesa sobe ao poder do duque de Bragança - D. João IV de Portugal.

¹² Filipe II da Espanha ao assumir a política dos dois reinos fez questão de ressaltar que “a união das coroas não significaria a perda da independência de Portugal, mas caracterizaria a formação de uma monarquia dual, preservadas as instituições políticas e administrativas portuguesas. Aclamado rei nas cortes de Tomar em 1581. Filipe II ficou em Portugal até 1583, adotando ali o título de Filipe I. Comprometeu-se a manter a administração do reino nas mãos dos portugueses, a não nomear espanhóis para cargos civis ou eclesiásticos, a indicar vice-reis e governadores portugueses, à exceção de espanhóis pertencentes à família real castelhana, restritos aos filhos, irmãos ou sobrinhos do monarca...” VAINFAS, Ronaldo (Direção). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 572.

colonização da colônia portuguesa passou por esse período de União Ibérica sem quebra de continuidade administrativa.

Com o fim desse período de União Ibérica, Portugal necessitava de uma nova administração, um novo governo. Segundo Holanda:

Devia antes de mais nada consolidar a sua independência... Em Lisboa cuidou-se logo da defesa do reino e das alianças diplomáticas necessárias... Ao mesmo tempo tratou-se de obter maiores recursos financeiros e, logo que foi possível, de apurar a administração. Para este fim, instalou-se em 1643 o Conselho Ultramarino, que passa desde então a figurar como órgão centralizador nas relações entre Portugal e as colônias. Vamos encontrá-lo, desde então, a discutir, aconselhar – e muitas vezes, na prática a deliberar – sobre tudo o que diz respeito à política e a administração do Brasil. (HOLANDA, 1997: 13 - 14)

A formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão está ligada ao empenho da coroa na expulsão dos franceses, holandeses e ingleses que insistiam em ocupar o enorme território desde a segunda metade do século XVI e na necessidade de superar as dificuldades de comunicação entre os governos do Maranhão e Pará com o governo geral na Bahia, devido ao movimento “contrário” das correntes marítimas na costa norte e a falta de um caminho terrestre alternativo.

Podemos dizer que esse período proporcionou realmente o avanço, isto é, o alargamento da região Amazônica, região esta que pelo Tratado de Tordesilhas¹³ de 1494, pertencia à jurisdição da Espanha.

Gaspar de Sousa que substituiu Diogo de Menezes no governo do Brasil, no ano de 1612 trouxe de Portugal, a recomendação do rei para fazer a conquista e descobrimento das terras e rio Maranhão, sob promessa da concessão de honras e mercês a todos que se empregassem na dita conquista. Gaspar de Souza instalou-se em Olinda,¹⁴ de onde comandou a conquista.

¹³ No povoado de Castelhana de Tordesilhas, a 07 de junho de 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia os limites territoriais entre as duas potências marítimas da época Portugal e Castela (atual Espanha). O Tratado dividia o mundo em duas partes a partir das ilhas de Cabo Verde (370 léguas) pertencia a Portugal e as terras a oeste pertenceriam à Espanha.

¹⁴ Olinda neste período - da expulsão dos franceses do Maranhão - se tornou a capital do Estado do Brasil.

Devemos observar ainda que antes de 1580, a definição dos limites territoriais entre as Américas: portuguesa e a espanhola se baseavam no Tratado de Tordesilhas. Porém, com a União Ibérica os limites se tornam incertos ou mais incertos que antes, pois durante a União, não houve uma preocupação com esses avanços. O avanço dos limites não representava perigo e nem ameaça a corte de Madri que era o governo da época. É a partir de 1640 que se travam as lutas por causa dos limites. Porém, foi no século XVIII, que ocorre a “primeira solução” para a questão com o Tratado de Madri, que se dá no governo de Francisco Xavier de M. Furtado em 1750.

Na concepção pragmática do império português, a função de novos núcleos coloniais, de vilas, missões, aldeamentos, cidades, sempre articulados a lugares militares como fortes, fortalezas e feitorias, funcionavam não somente como defesa contra os ataques piratas, ou indígenas, mas como marco estratégico ao mesmo tempo que povoava e colonizava as novas terras. A fundação do Forte do Presépio (1616), por exemplo, marca o início da ocupação oeste da região Amazônica a partir da Vila de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, erigida em torno do forte.

A criação do Estado do Maranhão foi decretada em 13 de junho de 1621, porém, a instalação efetiva só aconteceu em 1626, com a posse do primeiro governador e Capitão-General Francisco Coelho de Carvalho, que esteve neste governo por dez anos (de 03.09.1626 a 15.09.1636). A vila de São Luis, que já era sede da capitania do Maranhão, foi escolhida como sede da capital do Estado. O Estado do Maranhão e Grão Pará perdurou até 1772, quando foi anexado ao Estado do Brasil, conforme Decreto Régio de 20 de agosto.



DIAS, Nunes Manuel. A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970.

Durante esse período de formação de um “Estado independente” até a anexação ao estado do Brasil, o território passou por várias divisões estratégicas com intuito de melhorar a exploração e colonização daquele espaço.

Em 1751, se instaurou mais uma tentativa de reordenação dos estados do Norte. A capital do Estado passou a ser a cidade de Belém do Grão-Pará e há inversão a ordem dos nomes, passando a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão e não mais Estado do Maranhão e Grão-Pará. Essa resolução ficou até 20 de agosto de 1772 pelo decreto Régio que separa novamente o estado único em duas capitanias.

Diante da enormidade do espaço geográfico do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das tentativas frustradas de ocupação, mais uma vez a coroa temia pela segurança, ocupação e expansão daquele espaço. A nova administração que se iniciava exigia novas soluções de governo e por isso, novas capitanias foram sendo formadas e concedidas a particulares. Essas novas capitanias possuíam regimento próprio para sua administração, isto quer dizer que as capitanias eram independentes umas das outras.

5. Considerações finais

Procuramos demonstrar neste trabalho as primeiras tentativas de ocupação, formação, defesa e expansão do vasto Estado do Maranhão e

Grão Pará entre os séculos XVI e XVII, buscou-se neste período, o conhecimento e domínio do território. No entanto, mesmo com o considerável esforço das “empresas” particulares e da própria coroa portuguesa para a formação desse Estado, as adversidades foram constantes como: as guerras contra indígenas, contra as ameaças externas representadas por franceses, ingleses e holandeses, as dificuldades na garantia de mão de obra, a língua falada pelos nativos e a própria natureza impondo sua alteridade, esses foram alguns dos obstáculos encontrados e enfrentados pelos homens do mar, pelos homens de armas, pelos colonos...

No século XVII, percebemos que algumas convicções persistiram no desejo de conhecimento e dominação daquele espaço. Sem um encaminhamento satisfatório para a sua ocupação, o território português foi alvo de diversas invasões. E como conseqüências das guerras, em defesa do território foram formadas as primeiras capitanias, umas Reais e outras menores de “particulares”, que permanecem até o século XVIII, e mais, foi formado o próprio Estado do Maranhão e Grão Pará, o qual, respondia diretamente a coroa – independente do Estado do Brasil, visto que, os caminhos, por mar, eram mais viáveis entre as capitanias do Norte e Portugal, que entre a capital do Brasil.

Nesse longo e penoso esforço de conquista, diversas tentativas de ocupação do território foram permitidas, elaboradas e apoiadas pela coroa portuguesa, e os processos de territorialização foram, aos pouco, postos em prática. Dentre os processos, podemos citar: a fundação de aldeamentos, a construção de fazendas, fortes e fortificações, de engenhos, estradas e caminhos, fundações de vilas, núcleos urbanos, a regulamentação do uso da mão de obra nos aldeamentos e seu controle, entre outros processos. Mas, vai ser em meados do século XVIII, no reinado de D. José I, o coroamento desses processos de territorialização que se dará com o empenho, de dois célebres irmãos, o Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu irmão, o primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal. Mas, isso é outra história, outro período da história do Pará e do Maranhão.

6.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano J. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil - Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Melhoramento, 1925.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *A Época Colonial – 1. Do descobrimento à Expansão Territorial. História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. (Org.). *A Época Colonial – 2. Administração, Economia, Sociedade. História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- LEITE, Serafim, S. J. *Breve História da Companhia de Jesus 1549-1760*. Braga-Portugal. Apostolado da Imprensa, 1993.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia 322. Brasília, 2002.
- MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma Antropologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana 4(1): 47-77, 1998.
- OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Projetos de consolidação de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança: 1740-1760*. Goiânia, Dissertação de Mestrado, 2008.
- PRADO, J. F. Almeida. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630)*. São Paulo: Nacional, 1941.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo *A Visão Edénica, de Simão de Vasconcelos. Notícias Curiosas e Necessárias (1663)*. In: *A Fundação do Brasil: Testemunhos (1500-1700)*. Petrópolis: Vozes, 1992.